

Por que me candidatar novamente ao Conselho da SBF?

Já fui conselheira no período 2017-2021. Minha experiência anterior me fez pensar que o Conselho de nossa sociedade deveria se transformar em um órgão ativo, que se reúne periodicamente, em que os membros propõem e participam de diferentes iniciativas e apresenta o que vêm desenvolvendo.

Caso venha a integrar o novo Conselho, minhas ações teriam duas direções principais:

- Fortalecer e ampliar as ações do GT Formação de Professores, para contribuir com propostas concretas em relação ao ensino de ciências no país, junto a outras sociedades científicas, perante os órgãos públicos e o Conselho Nacional de Educação
- Retomar o apoio ao desenvolvimento de seções regionais e estaduais, visando integrar os físicos dispersos em universidades públicas distantes dos maiores centros, e que surgiram no último período de ampliação do ensino superior.

GT Formação de Professores

Particpei ativamente da criação do GT Formação de Professores, cuja ação mais importante penso que foi a de estimular a criação do Fórum de Coordenadores de Licenciaturas em Física, que continua ativo e pôde integrar Licenciaturas de todo o país. Em tempos de mudanças importantes, a ação coordenada de físicos encarregados das Licenciaturas no país é um instrumento importante para o fortalecimento das Licenciaturas e para a construção de uma formação de professores em sintonia com a realidade do país, e que seja capaz de contribuir na formulação de políticas públicas articuladas para a educação básica brasileira.

Acredito que há, ainda, muito a fazer.

Temos dois enormes desafios a enfrentar, que, às vezes, se confundem: a nova Lei do Ensino Médio e a Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

A Lei do Ensino Médio reduziu o tempo dedicado ao estudo de disciplinas consideradas básicas, em 60%. Criou, para o tempo restante, os chamados Itinerários Formativos, que, em muitos casos, não possuem conteúdo algum da área das ciências da natureza (Biologia, Física, ou Química). Sob intensa discussão, hoje, a Lei poderá ser modificada ou revogada – difícil prever o rumo que a questão irá tomar. De qualquer forma, parece-me importante que nossa Sociedade participe deste debate com maior profundidade, que contribua com propostas novas consistentes, e que consiga, junto com outras sociedades científicas, levar sua posição, de forma institucional, ao Conselho Nacional de Educação.

Por outro lado, o currículo obrigatório do Ensino Médio (ao qual é dedicado 60% do tempo dos estudantes na escola) previsto pela BNCC do Ensino Médio modificou-se completamente, em relação ao currículo tradicional, pois não propõe um conjunto de temas, mas apenas um conjunto de competências. Isto levou, no estado de São Paulo, por exemplo, a um [currículo obrigatório -SP](#) desenvolvido pela [Secretaria de Educação Paulista](#) que embaralha no tempo os temas tradicionais de Física e inclui o estudo das radiações, da evolução estelar e do modelo padrão, por exemplo. Sem dúvida, cabe aos pesquisadores da área de Ensino de Física contribuir com dados e análises. No entanto, penso que nossa Sociedade pode aproveitar tais pesquisas para apresentar e defender ideias perante os órgãos responsáveis pelo delineamento e execução das políticas públicas nesta área, seja a nível municipal, estadual ou federal.

Há ainda uma questão fundamental, para a qual as sociedades científicas poderiam contribuir. O ensino de ciências, tradicionalmente restrito ao Ensino Fundamental 2 (5º a 9º anos), e que inclui noções iniciais de Física, tem ficado a cargo, em muitas regiões, de Licenciados em Biologia, talvez por razões históricas. As Licenciaturas em Física têm tido seu foco na atuação no Ensino Médio, em geral. Há algumas Licenciaturas em Ciências, no país, mas são poucas. Além disso, o currículo de Ciências sofreu mudanças muito importantes nos últimos anos, com a aprovação da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) – conceitos importantes para o ensino de Física são introduzidos desde os primeiros anos do Ensino Fundamental, ficando sob a responsabilidade de pedagogos. Acredito que a SBF deve participar da discussão e de propostas a respeito de possibilidades de articulação entre a formação de professores para todas as etapas de ensino e o currículo previsto nacionalmente para o ensino básico, em todas as suas etapas de ensino.

Seções estaduais da SBF

Em um país da extensão territorial que tem o nosso, a sociedade se torna realmente nacional, caso atue também localmente. Como conectar físicos que se encontram em universidades no interior da Amazônia, no interior de Tocantins, no extremo sul do Piauí, ou na fronteira do Rio Grande do Sul, para citar somente alguns casos.

Seções estaduais ativas são a resposta a esta pergunta?

Gostaria de contribuir para construir ações da SBF que possam dar suporte aos físicos localizados em universidades mais distantes.

Além desses dois pontos que considero principais, em minhas ações, caso venha a integrar o Conselho, pretendo continuar a dedicar-me a tornar a SBF mais atuante na realização de atividades que busquem, principalmente na escola básica, o incentivo ao ensino e à divulgação da pesquisa na Física e nas Ciências em geral, sendo um exemplo a necessidade de apoiar as Olimpíadas e Feiras de Ciências. Defendo este ponto por acreditar que, como alguns colegas, somente promovendo a difusão da ciência nas escolas, principalmente nas escolas públicas, e na sociedade em geral, da forma mais ampla, é que será possível colocar o país em um patamar expressivo de desenvolvimento sócio-econômico no geral e de desenvolvimento científico em particular; é neste sentido que defendo que a Ciência deve ser um bem ao alcance de toda a população e a SBF tem a obrigação de participar deste processo.

Vera Bohomoletz Henriques

Instituto de Física

Universidade de São Paulo